

GENTE NÃO É GADO

— reclama população, que exige medidas severas contra transportadores ilegais

N. 18/1/86

por Felisberto Matusse (texto) e Amadeu Marrengula (foto)

Uma carrinha acabada de estacionar, numa das terminais concebidas para os Transportes Públicos Urbanos, (TPU) foi tomada de assalto, por inúmeros cidadãos que ali se encontravam, organizados em bicha, à espera do machimbombo que nunca mais aparecia. Alguns, já se encontravam no local há mais de quatro horas enquanto outros acabavam de chegar mas, já se tinham informado sobre o movimento dos carros. Em poucos minutos a carrinha estava completamente cheia, mas o proprietário ainda continuava a cobrar os 100 meticais por pessoa, convencionados por este tipo de transportadores, para qualquer distância, dentro da cidade de Maputo. Posteriormente, o motorista pôs o carro em movimento, quase cuspidando uma boa parte dos seus ocupantes. Estas cenas, repetem-se diariamente, sobretudo nas horas consideradas de ponta, nas terminais dos autocarros, numa operação que actualmente envolve viaturas particulares, de empresas, do Estado, das FPLM, ambulâncias e outras. Mas, se o «chapa 100» já domina o circuito de transportes nesta cidade, importa questionar: quem garante a segurança dos inúmeros cidadãos que, todos os dias, viajam «pendurados» nos camiões, como se de gado ou mercadoria se tratasse? E as pessoas vão reclamando, porque gente não é gado.

A crise de transportes na cidade de Maputo, ou no País, não constitui novidade para ninguém e, a comprová-lo, a recente sessão da Assembleia Popular, debruçou-se abertamente sobre o tema, sobretudo pelo facto de as pessoas serem transportadas em camiões.

Facto que merece reparo é a aceitação deste meio de transporte por parte dos cidadãos (embora imposta pelas circunstâncias de momento, sobejamente conhecidas) sem que ninguém, incluindo a Polícia de Trânsito, se manifeste para proteger as vidas que diariamente se expõem ao perigo.

O exercício desta actividade deixou já de ser (ao que nos parece) regulamentado pelas estruturas abalizadas e, actualmente, ter um carro é sinónimo de riqueza imediata. Muitos proprietários de viaturas até preferem deixar os seus empregos para se dedicarem exclusivamente ao transporte ilegal de passageiros.

A SITUAÇÃO ACTUAL NA CIDADE DE MAPUTO

De acordo com os dados tornados públicos na última sessão da Assembleia Popular, a situação do ramo de transportes é, efectivamente, preocupante. Um levantamento para apurar a situação neste domínio permitiu concluir que os TPU, de uma frota de 290 autocarros apenas têm 37 a circular. Isto equivale a aproximadamente 12,7 por cento da frota da empresa.

No concernente aos táxis talvez até nem tenha importância fazer referência a eles porquanto, poucos cidadãos se devem lembrar desse tipo de transporte não porque dele não precisam mas, justamente, porque os taxeiros têm clientes permanentes aos quais dão atenção exclusiva.

Por outro lado, se o cidadão tiver a sorte de «descobrir» um táxi vago, de certeza que mais tarde se apan-

derá de o ter apanhado, uma vez que, os preços praticados são especulativos chegando o percurso Maputo-Matola ou vice-versa, a custar mais de 1500 meticais. Sabe-se também que desde há algum tempo a esta parte, os taxeiros deixaram de utilizar os táxis, mesmo em viaturas onde eles ainda funcionam. O preço do percurso é anunciado a olho nu.

O ENIGMA QUE URGE ESCLARECER

Do ponto de vista económico, talvez a actividade dos táxis-pirata não mereça divagações exaustivas, uma vez que se encontram ordenados em grupos distintos; o dos que, embora exercem a actividade de transportadores de passageiros ilegalmente são tributados pelo Estado (carrinhas de aluguer) e o dos que não estão licenciados como tal e não pagam impostos.

É normal, nas conversas entre companheiros de bicha ouvir dizer que embora os primeiros também estejam a enriquecer a velocidade assustadora, à custa do operador que só espera o seu salário mensal, pagam impostos ao Estado. Para os segundos, já não há justificação possível, uma vez que nenhum imposto lhes é cobrado pelo exercício desta actividade.

Por outro lado, várias perguntas se nos colocam quanto às justificações dadas pelos Transportes Públicos Urbanos. Neste momento, por exemplo, aquela empresa debate-se com a falta de pneus para a reposição da sua frota mas também vezes há que o problema da carência de transportes é motivado pela falta de combustível.

Tendo em conta que todos os veículos motorizados estão sujeitos ao novo sistema de racionamento de combustível, é caso para perguntar, onde é que os proprietários dos veículos ora transformados em autocarros para transporte de passageiros, o vão buscar, uma vez que os seus automóveis estão constantemente a circular. Igualmente, estes carros nunca sentem a falta de pneus como acontece com as empresas estatais.

Um cidadão em plena terminal dos autocarros da Matola afirmou-me um dia que se há coisas que urge resolver pelo Governo moçambicano entre elas e muito rapidamente é o sector de transportes.

Já foi sobejamente divulgado e todos sabemos que sem transportes não há desenvolvimento económico de um país. Não há troca de mercadorias, não se pode fazer o comércio com o interior, as pessoas não se podem movimentar e, consequentemente, não poderá haver desenvolvimento dos restantes sectores.

O QUE SUGEREM ALUNOS RESIDENTES DA CIDADE

Como medida imediata a tomar, alguns cidadãos por nós abordados, em consequência do agravamento da situação dos transportes, avançam algumas propostas.

1. Reposição da frota normal dos TPU.
2. Investigação, pelo Governo, das fontes de fornecimento de combustível que alimentam os táxis-pirata e consequente neutralização e penalização destas e seus fornecedores.
3. Aplicação de sanções aos taxeiros e motoristas que praticam especulação e retirar as cartas de condução aos que ilegalmente exercem esta actividade.
4. A Polícia de Trânsito deve fazer incidir as suas operações em todo o tipo de carrinhas, incluindo as de aluguer, uma vez que só estão autorizadas a levar o máximo de quatro pessoas nas suas bagageiras.



Como se especular não bastasse, até transportam pessoas em viaturas sem matrícula, como a imagem documenta